

GESTÃO EDUCACIONAL: INTERLOCUÇÕES ENTRE ESCOLA E CLASSE HOSPITALAR ACERCA DE UM ALUNO-PACIENTE COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

<http://dx.doi.org/10.5902/2318133829652>

Angélica Regina Schmengler

Escola Municipal de Ensino Fundamental Santos Reis, Brasil.

Soraia Napoleão Freitas

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

Resumo

O objetivo desse estudo foi verificar como ocorrem as interlocuções entre as gestoras da escola e a coordenadora pedagógica da classe hospitalar acerca de um aluno-paciente com AH/SD. Assim, a pesquisa definiu-se como qualitativa do tipo estudo de caso, sendo realizadas entrevistas semiestruturadas com as gestoras da escola, do Setor Educacional do HUSM e com a responsável pelo aluno. A equipe gestora da escola apresentou breve conhecimento sobre as AH/SD. Ainda, apesar das gestoras promoverem as trocas dialógicas com a sua equipe pedagógica, esse diálogo não ocorreu entre a escola e o Setor Educacional. Logo, urgem políticas públicas que promovam informações sobre as AH/SD e é de suma importância o diálogo e as interlocuções, entre os gestores, para a aprendizagem do aluno com AH/SD.

Palavras-chave: gestão educacional; escola; classe hospitalar; altas habilidades/superdotação; trocas dialógicas.

EDUCATION MANAGEMENT: DIALOGUES BETWEEN SCHOOL AND HOSPITAL CLASS ABOUT A STUDENT-PATIENT WITH GIFTEDNESS

Abstract

This study aims to verify the dialogues between the school management and educational coordinator of the Hospital Class about a student-patient with giftedness. The research is constituted as a qualitative case study where semi-structured interviews with the director, vice director, educational coordinator of the school, pedagogical coordinator of the Educational Sector of the University Hospital of Santa Maria and the student's responsible are held. The school management has a brief knowledge about giftedness. Although the school management promotes dialogical exchange with its pedagogical team, there was no dialogue between the school and the Education Sector. Therefore urge public policies that promote information about giftedness and it is very important dialogue between managers that contribute to the learning gifted students.

Key-words: educational management; school; hospital class; giftedness; dialogic exchanges.

Introdução

O número de alunos identificados com altas habilidades/superdotação - AH/SD - é cada vez maior nas escolas, levando os profissionais da educação a se mobilizarem para a promoção de uma escolarização que oportunize o desenvolvimento das potencialidades dessas pessoas.

O aluno com altas habilidades/superdotação é público-alvo da educação especial e, conforme os estudos de Joseph Renzulli (2004), é aquele que apresenta habilidade acima da média, comprometimento com a tarefa e criatividade. Assim, é importante que esse indivíduo seja estimulado, contemplando a área de seu interesse.

Quando passa pelo adoecimento, esse aluno precisa afastar-se temporariamente da escola, pois o tratamento de saúde o impede de frequentar as aulas. Durante esse período a classe hospitalar, que é o setor responsável pela escolarização de crianças e adolescentes que se encontram hospitalizados, deve acompanhar a situação do estudante.

Apesar de não ser frequente essa criança ou adolescente continua sendo aluno da escola regular, assim, é importante que haja uma troca entre a instituição de ensino de origem e a classe hospitalar. Afinal, o estudante, para se sentir acolhido, precisa perceber que os profissionais da educação de sua escola se preocupam com sua educação. Essa parceria pode contemplar, ainda, o diálogo e as combinações acerca de atividades pedagógicas que oportunizem o desenvolvimento do potencial desse estudante, pois os professores da escola têm uma maior aproximação e conhecimento acerca desse estudante. Dessa maneira, os profissionais da classe podem saber mais sobre a área de interesse desse aluno, enriquecendo sua aprendizagem.

O responsável pelo contato com a classe hospitalar, mais especificamente com a gestora desse espaço pedagógico, é o profissional que atua na equipe gestora da escola, como diretora, vice-diretora ou a coordenadora pedagógica. Em relação à classe hospitalar a responsabilidade pelo atendimento educacional da criança ou adolescente é da coordenadora pedagógica, que acompanha as profissionais da educação que atuam com o aluno, dentro do hospital, e que mantem o diálogo com a escola.

Quando a coordenadora pedagógica do Setor Educacional do Hospital Universitário de Santa Maria entrou em contato com o Grupo de Pesquisa Educação Especial: Interação e Inclusão Social - Gpesp - para falar sobre o interesse pelo processo de identificação de AH/SD com um menino que se encontrava hospitalizado e que estava sendo atendido pelo setor, surgiu a vontade de saber mais sobre a relação entre a escola desse estudante com a classe.

Salienta-se que esse estudo é resultado de uma monografia de especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria. Dessa forma, o traçar dessa pesquisa é oriundo da aproximação com o objeto de estudo, pois a experiência na classe hospitalar possibilitou verificar que a escola tem papel significativo na aprendizagem do aluno-paciente. Dessa maneira, o objetivo dessa pesquisa foi verificar as interlocuções entre a equipe gestora da escola e a coordenadora pedagógica da classe hospitalar acerca de um aluno-paciente com altas habilidades/superdotação.

Como caminho metodológico esse estudo definiu-se como qualitativo do tipo estudo de caso, sendo que para Yin (2010), “como método de pesquisa, o estudo de caso é usado em muitas situações para contribuir ao nosso conhecimento de fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados” (p. 24).

Para a coleta dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a equipe gestora da escola do aluno-paciente, diretora, vice-diretora e coordenadora pedagógica e também com a coordenadora pedagógica do Setor Educacional do HUSM. Ainda foi aplicada a entrevista com a responsável do menino, para verificar se, durante o período de tratamento, ocorreu o diálogo entre as duas instituições. Salientando-se que os conteúdos das manifestações dos sujeitos da pesquisa, citados anteriormente, foram analisados por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2011).

Altas habilidades/superdotação: breves conceitos

Abordar o tema altas habilidades/superdotação (AH/SD), para muitas pessoas, é dizer que alguém é gênio, ou seja, que pode e consegue fazer tudo que lhe é solicitado, com total perfeição. Porém, esse pensamento é apenas mais um mito que permeia os sujeitos com AH/SD.

São considerados alunos com AH/SD aqueles que apresentam habilidade acima da média, comprometimento com a tarefa e criatividade. Essas características precisam estar interligadas, conforme o modelo dos três anéis (Renzulli; Reis, 1997). Porém, “os comportamentos de superdotação podem se manifestar mesmo quando os três conjuntos de traços não estão presentes ao mesmo tempo” (Virgolim, 2014, p. 585).

As pessoas com AH/SD demonstram algumas características gerais, no entanto, não são comuns para todos, pois os seres humanos apresentam individualidades. Conforme Freitas e Pérez (2012) essas características podem ser: precocidade e gosto pela leitura, liderança, precocidade, preferência por trabalhar ou estudar sozinho, independência, perfeccionismo, senso de humor desenvolvido, capacidade de observação elevada, entre outros. Logo, não se pode comparar os alunos pelo fato de terem AH/SD, tendo como referência um grupo de estudantes:

As pessoas com altas habilidades formam um grupo heterogêneo, com características diferentes e habilidades diversificadas; diferem uns dos outros também por seus interesses, estilos de aprendizagem, níveis de motivação e de autoconceito, características de personalidade e principalmente por suas necessidades educacionais. (Virgolim, 2007, p. 11)

O aluno que apresenta AH/SD pode ter algumas dificuldades, pois sua habilidade pode ser apenas para uma área, o que faz com que dificuldades em outras áreas apareçam. O comportamento pode não ser o esperado pelo professor, o que resulta na falta de interesse do profissional da educação em investir nesse estudante:

Muitas vezes, ouvimos o relato de professores referindo que o aluno com AH/SD “é muito bom” em alguma área, mas “tem dificuldades, em outras” (uma das razões pelas quais deixa de ser identificado como PAH/SD); que é muito introvertido ou muito distraído e vive no mundo da lua”; que “tem

dificuldades para se relacionar com seus colegas”; “que não tem caderno” e, por isso, o professor não tem como avaliar o desempenho em sala de aula; “que faz perguntas ou coloca em discussão temas alheios ao conteúdo”. (Freitas; Pérez, 2012, p. 62)

As AH/SD podem ser voltada para uma ou mais área, de maneira isolada ou combinada, sendo que Simplício (2014), a partir de estudos das diretrizes gerais para o atendimento aos alunos portadores de altas habilidades/superdotação e talentos, expõe os seguintes aspectos: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes; capacidade psicomotora.

De acordo com Renzulli (2004), há dois tipos de superdotação: escolar ou acadêmica e a produtiva-criativa. A superdotação acadêmica está relacionada com a probabilidade do aluno tirar ótimas notas e a superdotação produtivo-criativa envolve o “uso e a aplicação do conhecimento e dos processos de pensamento de uma forma integrada, indutiva e orientada para um problema real” (Renzulli, 2004, p. 83).

Virgolim (2014), a partir das leituras da teoria de Renzulli (2004), aponta para o fato de que as características de AH/SD não se apresentam o tempo todo, sendo que elas podem ficar adormecidas por algum período, dependendo das condições de estímulo do meio ambiente ou da própria personalidade do aluno. Dessa maneira, não se deve duvidar do potencial do estudante, mas compreender a forma como essas capacidades se fazem presentes, oportunizando os estímulos necessários:

A superdotação não é um conceito estático (isto é, tem ou não se tem), e sim um conceito dinâmico - ou seja, algumas pessoas podem apresentar um comportamento de superdotação, em algumas situações de aprendizagem/desempenho, mas não em todas as situações. É, neste contexto, que Renzulli defende a ideia de que não devemos rotular o aluno como sendo ou não sendo superdotado, mas tentarmos entender que as altas habilidades aparecem em um continuum de habilidades. Neste sentido, são características que existem em todos os seres humanos, mas diferindo em níveis, intensidades e graus de complexidade em cada um. Esta concepção deixa bem claro que as altas habilidades/superdotação envolvem aspectos tanto cognitivos quanto de personalidade do indivíduo, nos quais os talentos emergem a medida em que as diferentes habilidades (latentes ou manifestas) de uma pessoa são reconhecidas e apresentadas, de forma criativa, em situações nas quais o indivíduo percebe-se motivado a desenvolver suas capacidades em altos níveis. (Virgolim, 2014, p. 586)

Ressalta-se que esses alunos têm direito ao atendimento educacional especializado ou a programas de enriquecimento, porém, isso só ocorre após a identificação dos indicadores de AH/SD. Logo, é importante que esses estudantes sejam reconhecidos, para que seus potenciais não fiquem camuflados. Porém, muitos são os mitos que circundam a comunidade escolar e que não permitem que os alunos sejam identificados e conseqüentemente, não tenham acesso a esses estímulos.

Esse fato é prejudicial para o estudante, pois esses programas são importantes, afinal, “o enriquecimento pressupõe o fornecimento de uma variedade de experiências de aprendizagem enriquecedoras que estimulem o potencial dos alunos e que normalmente não são apresentadas no currículo regular” (Virgolim, 2014, p. 604).

Grupo de Pesquisa Educação Especial: Interação e Inclusão Social - Gpesp - e o processo de identificação nas escolas

O grupo Gpesp da Universidade Federal de Santa Maria desenvolve ações voltadas para o processo de identificação nas escolas da rede pública e privada da cidade de Santa Maria. Pelo trabalho de identificação de indicadores de AH/SD, o grupo contribui com as escolas, para que essas possam, posteriormente, encaminhar os alunos identificados para o atendimento educacional especializado.

O processo de identificação é realizado com as escolas que demonstram interesse em participar do trabalho. Após, os professores das diferentes turmas são convidados a participarem do processo, sendo que, apenas aqueles que concordam, participam das etapas posteriores. Assim, são realizados encontros informativos com os professores, em que são expostas as principais características das AH/SD e o mitos que podem se fazerem presentes.

Salienta-se que são realizadas várias etapas para que se possam confirmar os indicadores de AH/SD, as quais são realizadas pelo preenchimento dos questionários criados por Freitas e Pérez (2012): Lista de verificação de identificação de indicadores de altas habilidades/superdotação (LIVIAH/SD); Questionário de identificação de indicadores de altas habilidades/superdotação para o responsável (QIIAHSD-R) e Questionário de identificação de indicadores de altas habilidades/superdotação para o professor (QIIAHSD-Pr); Autonegação e nomeação pelos colegas.

Finalizado o preenchimento dos questionários são confrontadas as respostas e verifica-se se o aluno apresenta a criatividade, o comprometimento com a tarefa e habilidade acima da média. Quando confirmados esses indicadores, a escola recebe o parecer descritivo, organizado pelo grupo, e a orientação para a participação desse estudante no AEE ou em programas de enriquecimento, para que possam ser estimulados a desenvolver seus potenciais.

Apesar desse trabalho acontecer nas escolas, esse processo é também realizado em casos individuais, em que a pessoa interessada entra em contato com o grupo expondo o motivo pelo qual deseja que seja feito o processo de identificação com a criança, adolescente ou jovem indicados. Essa situação aconteceu com o menino K, sujeito desse estudo, no ano de 2014, em que a coordenadora pedagógica e as bolsistas do Setor Educacional HUSM perceberam algumas características no estudante que despertaram a atenção para a possibilidade de AH/SD. Dessa maneira, após serem realizadas todas as etapas indicadas anteriormente, no primeiro semestre de 2015, K foi diagnosticado com AH/SD.

Classe hospitalar: escolarização do aluno-paciente

A classe hospitalar é responsável por dar continuidade à escolarização de crianças e adolescentes que apresentam alguma patologia e necessitam afastar-se da escola. Assim, o aluno que, devido ao tratamento de saúde, não pode frequentar as aulas, tem direito ao atendimento educacional dentro do espaço hospitalar ou domiciliar para que não seja prejudicado no seu rendimento escolar:

Cumpra às classes hospitalares e ao atendimento pedagógico domiciliar elaborar estratégias e orientações para possibilitar o acompanhamento pedagógico-educacional do processo de desenvolvimento e construção do

conhecimento de crianças, jovens e adultos matriculados ou não nos sistemas de ensino regular, no âmbito da educação básica e que encontram-se impossibilitados de frequentar escola, temporária ou permanentemente e, garantir a manutenção do vínculo com as escolas por meio de um currículo flexibilizado e/ou adaptado, favorecendo seu ingresso, retorno ou adequada integração ao seu grupo escolar correspondente, como parte do direito de atenção integral. (Brasil, 2002, p. 13)

Apesar do atendimento educacional em ambiente hospitalar ser desconhecido por muitas pessoas, ele é garantido por meio da legislação brasileira, e é essencial para que os alunos, que não podem estar presente em sala de aula, tenham a possibilidade de estar aprendendo em outro espaço. Assim, a resolução n. 41 de 1995 expõe que a criança e o adolescente hospitalizados têm “direito de desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde, acompanhamento do curriculum escolar durante sua permanência hospitalar” (Brasil, 1995).

Assim como a aprendizagem em espaço hospitalar é reservada ao aluno-paciente, o atendimento educacional domiciliar também está presente nos documentos legais. Fazendo-se referência ao suporte legal do Estado do Rio Grande do Sul, tem-se a resolução n. 230/97, que prescreve o seguinte:

Art. 1º - Aos alunos do ensino fundamental e do ensino médio, em qualquer de suas modalidades, incapacitados de presença às aulas e que mantenham condições físicas, intelectuais e emocionais para realizar aprendizagem aplicar-se-á regime de exercícios domiciliares.

[...] Art. 3º - A aplicação do regime de exercícios domiciliares, condicionada às possibilidades da escola, inclusive quanto ao acompanhamento das atividades do aluno, poderá ser deferida pelo diretor do estabelecimento, com base em requerimento do interessado ou de seu responsável e à vista da comprovação da condição incapacitante mediante laudo médico. (Conselho Estadual de Educação, 1997)

O adoecimento não pode ser justificativa para a não escolarização da criança ou do adolescente. Ao contrário, o acesso à educação, em ambiente hospitalar ou domiciliar, contribui para que o estudante tenha persistência na continuidade do tratamento de saúde e que, ao retornar à escola regular, não se sinta prejudicado devido ao período que ficou afastado de sua turma.

O Documento *Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações* (Brasil, 2002) foi desenvolvido com intuito de informar sobre o direito do aluno à educação em hospitais ou a domicilio e orientar os profissionais que atuam nesses espaços. Tal documento expõe a estruturação de políticas voltadas para esse atendimento educacional, delimitando o papel das classes hospitalares.

Ainda conforme tal documento, as classes hospitalares correspondem a ambientes “projetados com o propósito de favorecer o desenvolvimento e a construção do conhecimento para crianças, jovens e adultos, no âmbito da educação básica, respeitando suas capacidades e necessidades educacionais especiais individuais” (Brasil, 2002, p. 15).

A atenção para a educação do aluno-paciente também é destacada na resolução n. 4, que estabelece as Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Esse documento

define no art. 6º que “em casos de atendimento educacional especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar, será ofertada aos alunos, pelo respectivo sistema de ensino, a educação especial de forma complementar ou suplementar” (Brasil, 2009).

Percebe-se que são consideravelmente recentes os documentos legais que abarcam sobre as classes hospitalares e o direito do aluno hospitalizado, de maneira que se acredita que outras políticas serão criadas, visando à educação desse alunado. Porém, os poucos documentos existentes conseguem deixar claro a importância e o direito à escolarização do aluno acometido pela doença.

Gestão escolar e gestão da classe hospitalar

As instituições de ensino precisam de um profissional que direcione o trabalho do grupo, tomando decisões necessárias e mediando os conflitos que surgem no dia-a-dia. Isso leva à compreensão de que ser gestor é uma tarefa que exige competência e força de vontade, pois esse papel é relevante para o bom andamento do trabalho pedagógico.

A gestão escolar compreende questões que envolvem desde as políticas públicas até a organização de ações voltadas para o cumprimento do projeto político-pedagógico de uma escola:

Gestão escolar é o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico e comprometido com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências), de participação e compartilhamento (tomada de decisões conjunta e efetivação de resultados) e auto-controle (acompanhamento e avaliação com retorno de informações). (Lück, 2009, p. 24)

Da mesma maneira, a gestão da classe hospitalar tem a atuação voltada para práticas que garantem o ensino-aprendizagem de qualidade aos alunos afastados da sala de aula, pois “a definição e implementação de procedimentos de coordenação, avaliação e controle educacional devem ocorrer na perspectiva do aprimoramento da qualidade do processo pedagógico” (Brasil, 2002, p. 19).

À vista disso, qualquer instituição precisa de um orientador que direcione o grupo, a partir de uma perspectiva conjunta e dialogada com o restante da equipe. Em relação à escola e a classe, esse orientador é representado pelos gestores, sendo indispensável seu compromisso com a qualidade e o bom andamento do espaço pedagógico.

O gestor da escola e o seu papel diante das altas habilidades/superdotação

A escola é o espaço de aprendizagem, formado por pessoas que direta ou indiretamente trabalham em prol da educação, ou que são envolvidos por ela. Dessa maneira, constitui a comunidade escolar: alunos, professores, gestores, funcionários, pais e aqueles que trabalham pela garantia de uma aprendizagem de qualidade.

Todos que fazem parte dessa comunidade são importantes para o funcionamento dessa instituição, sendo necessário o trabalho conjunto e harmonioso. Apesar de haver a participação de todos, é preciso que a instituição escolar tenha um ou mais responsáveis que farão a mediação desse trabalho. Esses responsáveis são os gestores, que integram a equipe gestora do espaço escolar:

Nessa equipe de gestão tem destaque o diretor escolar, responsável maior pelo norteamento do modo de ser e de fazer da escola e seus resultados. Ela é também diretamente formada por diretores assistentes ou auxiliares, coordenadores pedagógicos, supervisores, orientadores educacionais e secretários escolares. (Lück, 2009, p. 22)

A equipe gestora precisa estar sempre atenta para as novas situações e acontecimentos, tendo cautela para que todos os alunos estejam em contato com a aprendizagem, sem discriminação ou exclusão. Dessa maneira, não é apenas o professor da sala de aula que deve conhecer seu alunado, pois, ao ter conhecimento sobre os estudantes, os gestores poderão auxiliar no bom andamento do trabalho desse educador.

O gestor, assim como os demais professores, precisa conhecer e compreender as políticas educacionais, a fim de assumir uma postura em relação às mesmas. Em tempos de inclusão, é importante que os gestores tenham acesso às políticas de inclusão que expõem quem são esses alunos e os seus direitos nos espaços escolares, bem como a garantia ao AEE. Por conseguinte, ao ter conhecimento de tais políticas, esses profissionais podem fornecer os subsídios necessários para esse alunado.

De acordo com Freitas (2005) os profissionais da educação precisam conhecer essas características para que haja qualidade no trabalho desenvolvido com esses alunos, dentro das escolas. Assim, como o gestor faz parte dessas ações, ele também precisa saber o que são essas AH/SD e as características individuais de cada um desses estudantes: “Conhecer, portanto, as características individuais dos alunos superdotados/talentosos/com altas habilidades e as diferentes formas de manifestação de suas singularidades é condição para que se estabeleça o vínculo necessário entre o ensino e a aprendizagem” (Freitas, 2005, p. 162).

O documento do Ministério da Educação intitulado *Saberes e práticas de inclusão - desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação* (Brasil, 2006) aborda questões significativas para a formação dos professores, que contemplam desde o conceito da temática até as adaptações necessárias para atender as necessidades educacionais dos alunos com AH/SD.

Pode-se dizer, desse modo, que há materiais disponíveis acerca das AH/SD, porém é necessário que um número maior de gestores tenha conhecimento sobre a existência desse aparato teórico. Assim, é fundamental que esses profissionais busquem e entrem em contato com os saberes acerca das políticas públicas que abarcam os direitos dos alunos com AH/SD, bem como promovam diálogos entre os professores e educadores especiais. As conversas entre a equipe gestora e os demais profissionais da educação são importantes para que esses últimos tenham o suporte necessário e, também, para verificar se, na prática da sala de aula e nas salas de recursos, os alunos com AH/SD estão tendo contato com o ensino-aprendizagem que precisam para desenvolver seus potenciais.

Essa troca caracteriza uma participação democrática, em que todos, professores e gestores, se empenham na elaboração de estratégias de aprendizagem:

A oportunidade que é dada às pessoas de expressarem suas opiniões, de falarem, de debaterem, de discutirem sobre ideias e pontos de vista - enfim, o uso da liberdade de expressão - é, considerada como espaço democrático de participação e, portanto, a grande evidência de participação. (Lück, 2006a, p. 38)

Logo, apesar de não estar em contato direto com os alunos em sala de aula, os gestores tem o papel de acompanhar a dinâmica dos professores com suas turmas, auxiliando na mediação de conflitos e corroborando para práticas diversificadas. À vista disso, é oportuno que “todos os gestores escolares conheçam sobre o assunto, para auxiliar na organização escolar, adaptação curricular, propondo novas atividades, etc.” (Negrini, 2007, p. 67).

Tem-se o entendimento, então, de que o conhecimento de gestores e professores acerca das altas habilidades/superdotação e das políticas públicas que amparam esse alunado é de suma importância, pois, em tempos de inclusão, o aluno com tais características não pode ser discriminado, rotulado e excluído.

Discussão e reflexão acerca dos dados encontrados

Ao longo das manifestações da equipe gestora percebeu-se o desconhecimento acerca do trabalho desenvolvido na classe hospitalar. A classe hospitalar é de suma importância para o aluno que se encontra afastado da escola, prerrogativa que foi confirmada nas manifestações das gestoras da escola, assim, a divulgação do trabalho desenvolvido pelo setor é significativo para o meio escolar. Afinal, o aluno, no momento que passa a ser paciente e necessita da internação, não pertence apenas ao mundo da sala de aula regular, ele passa a conviver em dois espaços, próximos pela sua finalidade: o espaço de aprendizagem da escola e o espaço de aprendizagem do hospital.

Em relação aos saberes sobre as altas habilidades/superdotação, novamente identificou-se que tais conhecimentos, por parte das gestoras da escola, são restritos, sendo necessárias maiores informações sobre o assunto. Constatou-se que essa falta de conhecimento prejudica no atendimento educacional do aluno com tais indicadores. Conforme frisado pelas gestoras, a não compreensão do que são as altas habilidades/superdotação e a falta de aproximação com a temática dificulta na oferta de um ensino-aprendizagem que enriqueça os potenciais do aluno.

Sobre isso, Pérez e Freitas (2014) identificam que a falta de formação continuada e a necessidade de maior suporte pela educação especial levam ao desconhecimento demonstrado nas entrevistas:

Por se tratar de um tema ainda não aprofundado na educação especial, geralmente não associado a ela, e povoado de mitos e crenças populares, as AH/SD não são incluídas nos cursos de formação inicial nem continuada; não se considera a possibilidade de atendimento nas Salas de recursos multifuncionais (às quais são encaminhados apenas os alunos com deficiência) e os estudantes que apresentam esse comportamento não são identificados, acreditando-se que eles não existem. (p. 631)

Ainda, as políticas públicas precisam corroborar de maneira mais significativa para a aquisição de saberes sobre o assunto. Apesar de haverem cursos de formação voltados para a área da educação especial, as altas habilidades/superdotação ficam em segundo

plano, ocorrendo poucas discussões sobre o tema. Quando a referência é a formação inicial essa situação também é consideravelmente deficitária, pois “os professores graduados em cursos universitários de qualquer área raramente tiveram conteúdos relacionados às AH/SD na sua formação inicial, e essa também é uma afirmação praticamente unânime dos pedagogos” (Pérez; Freitas, 2014, p. 634).

Em relação aos direitos legais desses alunos, pode-se dizer que “o pouco conhecimento e mesmo o desconhecimento da legislação educacional pelos professores, gestores e pelas próprias famílias dos estudantes com AH/SD é uma constatação muito frequente, especialmente dos dispositivos que determinam os seus direitos” (Pérez; Freitas, 2014, p. 634).

Acredita-se, dessa maneira, que se houvesse um maior incentivo do poder público em relação às altas habilidades/superdotação, esse público-alvo da educação especial teria um maior reconhecimento por parte de gestores e professores.

O investimento de políticas públicas é fundamental para que a educação seja de qualidade. Assim, promover meios que possibilitem o contato com um assunto tão importante, permite que esses estudantes sejam identificados e tenham seus direitos reconhecidos. Porém, percebe-se que, algumas vezes, ao invés de possibilitar esse contato, criam-se barreiras que dificultam esse aperfeiçoamento dos profissionais da educação. A vice-diretora expõe que

falta a questão de políticas públicas dentro de formação [...] Eu enquanto gestora também da escola vejo, nós não conseguimos trazer palestras, muitas vezes, por questões financeiras porque temos que comprovar, por questões papellares, papéis, fiscalização. E, às vezes, nós temos pessoas boas, com temas interessantes como é a superdotação, altas habilidades e não podem vir porque não temos como comprovar isso através de um papel que é necessário. (Gestora Alegria)

Quanto às trocas dialógicas entre a equipe gestora da escola e da classe hospitalar, essas não ocorreram por meio do contato verbal, seja pessoalmente ou pelo telefone, apesar do reconhecimento de que é importante que haja o contato entre ambos os espaços em prol da aprendizagem do aluno em tratamento de saúde.

Assim sendo, as relações, entre as duas instituições ocorreram por meio do comprometimento da escola com o atendimento educacional domiciliar do aluno, indo ao encontro do que a coordenadora pedagógica do Setor Educacional havia solicitado nos documentos legais. Também, o envolvimento da equipe gestora com o lançamento do livro de poesias de K, o qual foi organizado pela gestora do Setor Educacional, numa feira do livro da escola.

Somado a isso, outros aspectos favoreceram essas relações de maneira não-verbal foram: o envolvimento do Setor Educacional com a identificação de AH/SD do menino, dando um retorno positivo para a escola e o esforço demandado, pela coordenadora pedagógica e as bolsistas, ao longo do atendimento pedagógico, enquanto o aluno esteve hospitalizado.

Isso denota que a equipe gestora da escola precisa articular-se com os demais espaços que oportunizam o ensino-aprendizagem aos seus alunos de forma mais próxima, buscando o diálogo a fim de inteirarem-se sobre o trabalho desenvolvido nos mesmos.

Assim, os gestores não devem preocupar-se apenas com as questões que envolvem a sala de aula e o seu território, abrindo suas fronteiras pedagógicas. Seguindo na mesma perspectiva, é necessário que as práticas estejam mais próximas dos discursos: *O discurso é muito centrado ali naquele espaço, entre os seus muros da escola, parece que a educação só acontece ali.* (Gestora Atitude)

Os relatos da mãe do aluno denunciaram outra questão em voga na área educacional: a falta de tempo dos professores e dos gestores e a sobrecarga desses profissionais que estão, cada vez mais, atarefados, devido ao número expressivo de alunos e os diferentes conflitos que precisam ser mediados. Esse assunto que parecia ser ultrapassado, pois vários estudos denunciam essa situação, porém, na prática, se percebe o quanto essa problemática é atual.

Compreende-se que, ao tentar fazer algo pelo seu alunado, promovendo discussões sobre o menino com o corpo discente dentro da escola, as gestoras agiram de forma coerente com o seu papel, pois, de acordo com Lück (2006b; 2009), o gestor contemporâneo, precisa buscar, em conjunto, o diálogo. Porém, essas trocas não podem ocorrer apenas no contexto escolar de sala de aula quando se trata de um aluno em tratamento de saúde, pois esse estudante precisa sentir-se amparado pela sua escola em outras circunstâncias, seja no ambiente hospitalar ou domiciliar.

Considerações finais

A abordagem das altas habilidades/superdotação, da classe hospitalar e da gestão educacional merecem intensas e persistentes reflexões. Os três tópicos são significativos para as discussões no campo educacional, mas é válido afirmar que os dois últimos precisam ser mais explorados para que um número maior de pessoas possa conhecê-los. A tentativa de problematizar esses contextos, ainda, pouco experimentados foi norteadada pelo objetivo de verificar como ocorrem as interlocuções entre a equipe gestora da escola e a coordenadora pedagógica da classe hospitalar acerca de um aluno-paciente com altas habilidades/superdotação.

A impressão de que o desconhecimento e as incertezas, sobre ambos os assuntos, se fazem presentes no meio escolar foi confirmada nas manifestações das entrevistadas. Essa falta de compreensão sobre o que são as altas habilidades/superdotação e o papel desenvolvido na classe hospitalar foi apontada, pelas gestoras da escola, como um dos principais fatores para que não houvesse as trocas dialógicas com o setor educacional. Destacando-se que, enquanto falavam, as gestoras expressavam o interesse e a necessidade de conhecerem esses dois universos.

Ainda pode-se dizer que para desenvolver suas ações a respeito de algo, o profissional da educação precisa conhecer o seu objeto de trabalho. Assim, é urgente que esses professores tenham acesso a cursos voltados para a área.

Salienta-se que esse contato é possível por meio de políticas públicas que incentivem a qualidade na formação inicial e promovam cursos de formação continuada, dando condições para que os educadores possam participar dos mesmos.

Em relação ao envolvimento da equipe gestora da escola para com o atendimento educacional do aluno em tratamento de saúde, evidenciou-se que, apesar de não participarem da elaboração de atividades pedagógicas em conjunto com as profissionais

do Setor educacional, as gestoras possibilitaram o estudo domiciliar de K. Assim, o aluno recebeu o material pedagógico em sua casa, conseguindo dar continuidade a sua escolarização, quando não podia estar presente em sala de aula.

As manifestações da responsável pelo menino foram fundamentais para verificar que as gestoras da escola demonstram preocupação pelo aluno, quanto a sua saúde, porém, acerca da aprendizagem essa precaução é bem menor. Esse fato é explicado pela mãe, que percebe que as professoras são interessadas, porém, por acreditarem que K é muito inteligente e que consegue aprender rápido o que lhe é passado, não acreditam que ele possa ter dificuldade, mesmo estando afastado da sala de aula.

Identificou-se que há um esforço da equipe gestora, de ambos os espaços, em promover uma dinâmica dialógica com os professores ou bolsistas no direcionamento de um trabalho de qualidade para o aluno K. No entanto, percebe-se que a escola precisa demandar maior esforço para possibilitar ao estudante a aprendizagem que almeja e necessita para desenvolver seus potenciais.

O reconhecimento da importância das interlocuções entre escola e classe hospitalar versus a falta de contato e aproximação dessas profissionais denota que, nem sempre o que os professores pensam é coerente com sua prática. Isso aponta para uma indispensável reflexão dos educadores acerca do seu papel.

As gestoras da escola, ao relatarem que a aprendizagem na classe hospitalar é importante, mesmo não tendo um conhecimento legitimado sobre o trabalho desenvolvido nesse setor, apontam para o compromisso que as profissionais da educação do Setor Educacional têm com a educação dos alunos hospitalizados. Logo, subentende-se que foi satisfatório o envolvimento da Classe com a escolarização do aluno K, enquanto ele esteve hospitalizado.

Da mesma forma que a diretora, vice-diretora e coordenadora pedagógica da escola reconheceram o papel do Setor Educacional, a mãe do aluno deixou explícito que o processo de ensino-aprendizagem, oportunizado pelas profissionais da educação dessa instituição, foi ao encontro dos interesses de seu filho.

Ainda, segundo a mãe, a coordenadora pedagógica do Setor Educacional valorizou as potencialidades para a escrita do menino, incentivando-o a desenvolver suas capacidades por meio da elaboração de um livro de poesias. Ressaltando-se que a sensibilidade dessa gestora para o talento de K, fez com que esse passasse pelo processo e fosse identificado com indicadores de altas habilidades/superdotação.

Com referência ao distanciamento entre escola e Setor Educacional, têm-se o entendimento de que, talvez, a escola precise abrir-se para novos horizontes, percebendo que há outros espaços em que ocorre a aprendizagem e que o envolvimento com o aluno não pode ocorrer apenas quando ele está presente, mas também, na sua ausência.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Resolução n. 41*, de outubro de 1995. Declaração dos direitos da criança e do adolescente hospitalizados. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, 1995.

BRASIL. *Resolução n. 2*, de 11 de setembro de 2001. Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: CNE, 2001.

- BRASIL. *Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações*. Brasília: MEC/Seesp, 2002.
- BRASIL. *Resolução n. 4*, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Diário Oficial da União, seção 1, de 5 outubro de 2009, p. 175. Brasília: CNE/CEB, 2009.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO/RS. *Resolução n. 230*, de 16 de julho de 1997.
- FREITAS, Soraia N. Inclusão educacional: superdotação/altas habilidades/talento: pressupostos e subsídios para a ação docente. In: BRASIL. *Ensaio pedagógicos: construindo escolas inclusivas*. Brasília: MEC/Seesp, 2005, p. 159-173.
- FREITAS, Soraia Napoleão; PÉREZ, Suzana G. P. B. *Altas habilidades/superdotação: atendimento especializado*. Marília: ABPEE, 2012.
- GATTI, Bernardete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. *Revista Brasileira de Educação*, 2008, v. 13 n. 37, p. 57-70.
- LIBÂNEO, José C; OLIVEIRA, João F; TOSCHI, Mirza S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2005.
- LÜCK, Heloísa. *A gestão participativa na escola*. Petrópolis: Vozes, 2006a.
- LÜCK, Heloísa. *Gestão educacional: uma questão paradigmática*. Petrópolis: Vozes, 2006b.
- LÜCK, Heloísa. *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Positivo, 2009.
- NEGRINI, Tatiane. *A gestão educacional em uma escola pública: analisando o atendimento aos alunos com altas habilidades/superdotação*. Santa Maria: UFSM, 2007. 97f. Monografia (especialização em Gestão Educacional). Universidade Federal de Santa Maria.
- PÉREZ, Susana P. B; FREITAS, Soraia Napoleão. Políticas públicas para as altas habilidades/superdotação: incluir ainda é preciso. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 27, n. 50, 2014, p. 627-640.
- RENZULLI, Joseph S; REIS, Sally M. *The schoolwide enrichment model: a how-to guide for educational excellence*. Mansfield Center, CT: Creative Learning Press, 1997.
- RENZULLI, Joseph. O que é essa coisa chamada superdotação e como a desenvolvemos? Retrospectiva de vinte e cinco anos. *Revista Educação*, Porto Alegre, v.27, 2004, n. 1, p. 75-131.
- SIMPLÍCIO, Micheline I. de B. Capacidade e talento. In: SOUZA, Rita de C. S.; ANJOS, Isa Regina S. dos; FRANÇA-FREITAS, Maria Luiza P. de. *Dotação e talento na educação inclusiva*. São Cristóvão: UFS, 2014.
- VIRGOLIM, Ângela M. R. *Altas habilidade/superdotação: encorajando potenciais*. Brasília: Ministério da Educação, 2007.
- VIRGOLIM, Ângela M. R. A contribuição dos instrumentos de investigação de Joseph Renzulli para a identificação de estudantes com altas habilidades/superdotação. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 27, n. 50, 2014, p. 581-610.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Angélica Regina Schmengler tem mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria. É pedagoga e especialista em Gestão Educacional pela mesma instituição.

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 983/402C - 96540-000 - Agudo - RS - Brasil.

E-mail: angelicaR.schmengler@gmail.com.

Soraia Napoleão Freitas é Phd pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, doutora e mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria.

Coordena o Grupo de Pesquisa Educação Especial: Interação e Inclusão Social.

Endereço: Rua Tuiuti, 1897/103 - 97015-663 - Santa Maria - RS - Brasil.

E-mail: soraianfreitas@yahoo.com.br.

Recebido em 21 de outubro de 2017.

Aceito em 5 de dezembro de 2017.